

CONFLITOS ARMADOS CONTEMPORÂNEOS: ORIENTE MÉDIO - ENSINAMENTOS PARA A DEFESA NACIONAL

O Continente Americano, após os conflitos armados que definiram os limites entre seus condôminos, tem sido uma área onde predomina a paz interestados. Não é o mesmo com relação a conflitos armados intraestatais, cuja incidência era significativa até alguns anos atrás, restando ainda guerrilhas como a da Colômbia e outras insurgências menos violentas.

Os conflitos armados interestatais se concentram no Velho Mundo – Europa, Ásia e África. Embora distantes do Brasil, em termos políticos e geográficos, seu estudo permite levantar ensinamentos úteis, uma vez contextualizados às nossas especificidades. O cenário em formação na América Latina reflete a intensificação do processo de globalização, que encurtou o mundo e, em consequência, trouxe novos e poderosos atores extrarregionais para o subcontinente. Pode-se prever a disputa por espaços na região, com potencial para gerar conflitos entre antigos atores, como Brasil, Japão, EUA e seus aliados, e novos atores, como China, Rússia e Índia, os dois últimos ainda com menor presença na América do Sul. Deve-se considerar a atuação de atores não estatais, isolados ou aliados aos estatais, atuando de forma pacífica ou violenta, inclusive, pelo terrorismo.

Este ensaio destaca alguns ensinamentos úteis para a segurança e defesa do Brasil, a partir da apresentação sumária do conflito palestino-israelense e do que envolve os territórios da Síria e do Iraque. Serão indicadas fontes de consulta para pesquisas, uma vez que o espaço disponível impede apresentar os conflitos com profundidade, detalhar os ensinamentos levantados e esgotar os argumentos que os justifiquem.

O Oriente Médio (OM) é o ponto de convergência entre três continentes - África, Ásia e Europa - e de união entre o mar Mediterrâneo e o oceano Índico, pelo Canal de Suez, o que, aliado à grande produção e às

imensas reservas de petróleo, lhe confere relevância geopolítica mundial. Nesse espaço geográfico, os conflitos envolvem interesses de potências extrarregionais, que se projetam na região atraindo parceiros ou criando oponentes entre seus condôminos, os quais, por seu turno, já possuem antigos contenciosos entre si. Outras causas, não menos significativas, de conflitos no OM são territoriais, étnicas, religiosas e disputas intraestatais. Predominam os conflitos assimétricos, muitas vezes com emprego do terrorismo, embora ocorram operações convencionais em momentos específicos ou em eventos intermitentes.

O conflito palestino¹ é milenar, mas adquiriu novo perfil, tornando-se interestatal, após a partilha da Palestina entre árabes locais e judeus, feita pelas Nações Unidas em 1947. Israel recebeu a parte maior e as melhores terras da região, provocando a revolta da população de árabes palestinos, cujo efetivo era o dobro da israelita, e foi apoiada pelos países árabes. Após sucessivos conflitos armados nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o Egito e a Jordânia reconheceram Israel como Estado e a Autoridade Palestina², embrião de um futuro Estado Palestino, iniciou um processo de reconhecimento mútuo com Israel. Porém, em 2006, o Hamas³, inimigo declarado de Israel, venceu a eleição na Palestina, ficando com autoridade sobre a Faixa de Gaza, enquanto a Autoridade Palestina ficou com a Cisjordânia. Hoje, Israel tem sucessivos conflitos com o Hamas e relações conflituosas com a Síria, o Iraque, o Líbano e o Irã. A criação do Estado Palestino está em processo de amadurecimento, pois muitos países já reconhecem esse direito, mas, tanto o objetivo político do Hamas de destruir Israel, quanto a política israelense de expansão de assentamentos em terras palestinas são óbices significativos para a conclusão do processo.

Os dois conflitos permitem identificar muitos ensinamentos para estudos pelo nível estratégico nacional, entre os quais alguns podem ser ressaltados, como os que se seguem.

¹ Globo.com (G1), 2011. **Entenda os conflitos entre Israel e Palestina.** Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/09/entenda-os-conflitos-entre-israel-e-palestina.html>>. Acesso em 14 jun. 2016

² Folha On Line, 2007: **Saiba mais sobre a Autoridade Nacional Palestina.** Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u105501.shtml>>. Acesso em 17 jun. 2016.

³ UOL educação, 2004. **Hamas: Grupo é considerado um dos mais extremistas do Oriente Médio.** Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/hamas-grupo-e-considerado-um-dos-mais-extremistas-do-orientes-medio.htm>>. Acesso em 17 jun. 2016.

A coesão, o nível de educação do povo, a democracia e a liberdade individual, a liderança política e militar, o poder econômico e o apoio das potências ocidentais foram decisivos para Israel superar o longo período com grande risco de desaparecimento. Por outro lado, embora pareça paradoxal, a existência de uma ameaça concreta à própria sobrevivência, que não ocorria com os países árabes, facilitou a identificação precisa do interesse vital do nascente país – neutralizar os oponentes em seu entorno estratégico e obter o reconhecimento do Estado de Israel – bem como de políticas coerentes e da necessidade de fortalecer o país em todos os segmentos do poder.

Israel é acusado de radicalismo ao demorar a cumprir algumas determinações das Nações Unidas e manter, por décadas, territórios ocupados nos conflitos e intervenções na Palestina. Entretanto essa política de poder e de força surtiu efeito, pois Egito, Jordânia e a Autoridade Palestina já reconhecem seu direito de existir. Ademais, os riscos à sua sobrevivência por ameaça de atores estatais diminuiu significativamente. O ensinamento está na disposição em defender interesses vitais, a despeito de pressões e coações internacionais, não descurando, para isso, do desenvolvimento da expressão militar do poder nacional.

É importante considerar as consequências para países que, como os árabes, não tenham capacidade para unir seu entorno estratégico ou nele se impor, se necessário, bem como não elejam judiciousa e realisticamente seus interesses vitais. Na verdade, a criação do Estado Palestino não era, de fato, um objetivo prioritário dos países árabes, mas sim a destruição do Estado de Israel, opção que, desde o início, não se mostrou viável. Ao não conseguirem impedir o seu surgimento e não o destruírem na primeira guerra, em 1948, teriam que rever essa prioridade. Deveriam ter se voltado para dentro e superado os óbices ao progresso e ao fortalecimento de cada um, enquanto, no campo externo, precisariam ter aparado as divergências entre si para lograr uma real interação política. Israel se fortaleceu a ponto de ter condições de se projetar em seu entorno sempre que necessário para garantir sua defesa ou dissuadir ameaças. O reconhecimento de Israel facilitaria a criação do Estado Palestino e de um ambiente propício à paz, que contribuiria para o progresso dos países árabes e permitiria desfrutar de uma situação melhor do que a atual.

No século 19, os judeus eram bem minoritários na Palestina, mas o movimento sionista⁴ conseguiu aumentar a população judaica entre 1897 e 1947, quando chegou à metade dos habitantes da região. Houve apoio internacional para a constituição do Estado de Israel, reconhecido pelas Nações Unidas em 1947. Os árabes palestinos não tinham poder para impor-se e ainda não o têm, ao contrário de Israel, que conseguiu enfrentar, desde então, significativas pressões internacionais contra seus interesses. Uma analogia prospectiva com relação ao futuro de nossas terras indígenas na Amazônia é que sua autonomia e autogoverno são pleiteados por influentes atores internacionais, estatais e não estatais, em favor de grupos indígenas não reconhecidos como cidadãos brasileiros por esses atores. Deve-se considerar que uma crescente população indígena, segregada e desnacionalizada, liderada por organizações não-governamentais (ONG) aliadas a potências extrarregionais, com interesses na região, poderá dar motivo a pressões e coações no futuro, resultando em limitação na soberania do Brasil, particularmente na calha norte do Rio Amazonas. É preocupante constatar a tendência a considerar e a tratar como nações indígenas⁵ as terras habitadas por grupos silvícolas.

Não intervir oportunamente para limitar cisões internas causadas por conflitos étnicos, religiosos e ideológicos pode ameaçar interesses vitais de um país, particularmente a soberania e unidade nacional. O Brasil precisa considerar até onde levar as políticas chamadas inclusivas, bem como agir proativamente para que extremismos étnicos e ideológicos não comprometam a coesão nacional e não criem conflitos internos violentos. Devem ser monitoradas as ações de movimentos religiosos extremistas, de modo a impedir o surgimento de antagonismos internos. O extremismo religioso, islâmico e judaico, mostra seu poder de corrosão social em uma nação e nas relações internacionais.

Israel comprovou a importância da tecnologia em conflitos contemporâneos, particularmente, com o sistema de proteção e defesa antiaérea contra foguetes do Hamas e com o emprego de mísseis de cruzeiro. É importante a parceria com Israel no desenvolvimento desses meios, buscando a transferência de tecnologia.

⁴ Globo.com – G1, 2014. **G1 explica: o que são sionismo, judaísmo e antissemitismo?** Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/g1-explica-o-que-e-sionismo-judaismo-e-antissemitismo.html>>. Acesso em 17 jun. 2016.

⁵ FUNAI. **Declaração Universal de Direitos dos Povos Indígenas (2007, art. 9)**. Disponível em <www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/LEGISLACAO...> (acesso em 17 jun. 2016).

O conflito é fonte de pesquisa sobre a evolução doutrinária no combate urbano, contraguerrilha, coordenação civil-militar em áreas de conflito, atividade de inteligência e antiterrorismo. Por outro lado, a guerra assimétrica empregada pelo Hamas e pelo Hezbollah mostrou ser uma estratégia de difícil neutralização quando os israelitas atuaram em territórios vizinhos, portanto, sem o apoio da população. O Brasil não deve descartá-la como última opção para prosseguir um conflito armado em parte do nosso território eventualmente ocupada.

O multifacetado conflito armado nos territórios da Síria e do Iraque, com reflexos nas fronteiras da Turquia, Líbano e Israel, é uma nova face dos seculares enfrentamentos no OM. Existem outros atores de peso envolvidos, estatais e não estatais, cujos interesses ora coincidem, ora divergem. Entre eles estão os EUA e aliados da OTAN, a Rússia, o Irã, a Arábia Saudita, os curdos (pretendem criar um país com territórios da Turquia, Síria, Irã e Iraque) e as correntes islâmicas sunitas e xiitas em permanente disputa nos países do OM.

O ensaio não permite descer a detalhes sobre o histórico do conflito, mas deve ser ressaltado, no tocante ao Iraque, o fracasso da intervenção dos EUA em 2003, que desequilibrou política e militarmente o país. No caso da Síria, o conflito começou com manifestações populares por abertura democrática do regime ditatorial de Al Assad, no contexto da Primavera Árabe⁶, reprimidas com extrema violência pelo governo. Os EUA e aliados apoiam os rebeldes, enquanto a Rússia e o Irã dão suporte ao ditador sírio. Nesse contexto, surgiu o Estado Islâmico (EI), aproveitando-se da fraqueza dos regimes iraquiano e sírio para ocupar grandes extensões de seus territórios e iniciar a criação de um Estado independente, calcado na Sharia (lei islâmica). O EI emprega operações militares convencionais e assimétricas, com destaque ao terrorismo indiscriminado dentro e fora da área de conflito, para se consolidar. Desse conflito, extraem-se importantes ensinamentos.

As ações terroristas têm se disseminado nos países considerados inimigos pelo extremismo islâmico, indicando a necessidade de o Brasil aperfeiçoar seu sistema de inteligência e os instrumentos de prevenção e repressão ao terrorismo. No entanto, não deve engajar-se em confronto direto em outros continentes, enquanto não for alvo das organizações terroristas. A obrigação do Estado é proteger a nação e não se envolver em conflitos de interesses de potências alienígenas e, assim, motivar retaliações à nossa população.

⁶ Guia do Estudante - Editora Abril, 2012. **Primavera Árabe - resumo**. Disponível em <<http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/atualidades/primavera-arabe-resumo-679427.shtml>>. Acesso em 17 jun. 2016.

A emigração de grandes contingentes populacionais da zona de conflito deve ser acompanhada, pois poderia surgir a proposta de distribuir partes da massa de refugiados por outros continentes. Entre os refugiados é provável existirem extremistas encarregados de iniciar uma pregação religiosa fundamentalista e segregacionista, criar células terroristas e cooptar cidadãos para o EI e outras organizações terroristas.

A segurança energética, interesse vital, particularmente, das potências globais, é uma das causas de sua projeção no OM. A área abrangida pelo conflito é muito rica em petróleo e gás, recursos de que as potências ocidentais são dependentes para manter o status de poder e o nível de vida de suas sociedades. Essa é uma das causas principais de sua ingerência no conflito, à qual se acrescenta a importância militar do OM, polo de irradiação de eixos estratégicos como anteriormente foi ressaltado. No Brasil, existem áreas com os mesmos atrativos como a Amazônia e a Bacia Petrolífera de Campos. As disputas pelo controle de uma determinada região não ocorrem apenas por seus recursos estratégicos, mas também por sua posição geoestratégica, como é o caso do OM. Esse fato explica, por exemplo, a negativa da Grã-Bretanha de devolver Gibraltar, uma passagem oceânica, à Espanha. Daí, a atenção do Brasil com áreas como a Foz do Amazonas, Roraima, o Saliente Nordeste, as rotas oceânicas de comércio, a Bacia do Prata e outras.

Os conflitos na Síria e no Iraque permitem constatar a danosa projeção neoimperialista das potências globais na defesa de interesses econômicos, políticos e militares. Os EUA e aliados procuram respaldar essa projeção com o pretexto de transmitir princípios e valores democráticos, como se a visão cristã ocidental fosse assimilável a países de religião islâmica e onde o amadurecimento político-social tem ritmo e rumo peculiares. A histórica leniência com ditaduras aliadas, tanto no OM quanto em outros continentes, enquanto procuram derrubar ditaduras ou regimes autoritários oponentes, demonstra que as potências globais estão mais preocupadas com seus interesses do que com democracia e direitos humanos. A ingerência alienígena agrava as tensões políticas, os desequilíbrios sociais, a falta de coesão e os conflitos internos, colocando as populações afetadas em situações de insegurança e de qualidade de vida muito piores do que as existentes sob regimes autoritários ou mesmo ditatoriais. A catástrofe humanitária representada pela gigantesca imigração de refugiados para a Europa é, também, consequência direta dos erros cometidos nessa política intervencionista. Os organismos internacionais não têm poder para limitar a atuação das grandes potências e, muitas vezes, se subordinam a elas.

O ensinamento síntese é que a crescente projeção de potências rivais entre si na América do Sul, a exemplo do que acontece no Velho Mundo, poderá criar polos de tensão com potencial para se transformarem em conflitos com significativos reflexos para o Brasil. Isso indica a necessidade de o País fortalecer-se, inclusive no campo militar, para estar em condições de se impor ou, pelo menos, negociar em posição de força se e quando um cenário dessa natureza se concretizar. Indica, também, ser necessário que o Estado adquira a capacidade de visualizar e agir quando a ameaça ainda é apenas possível e não quando for provável, pois, então, será tarde demais. Defesa não se improvisa!